

HORA DE VALORIZAÇÃO DA POLÍTICA

Raimundo Santos

Política Democrática nr. 2, Brasília, jun.-set. 2001.

A sensação imediata, ao assistir na TV os atentados terroristas do 11 de setembro, foi a de que o mundo estava mudando o começo do novo século iniciado com a queda do Muro de Berlin e o fim da Guerra Fria. As nuvens que saíam das torres do WTC ensombreciam a imagem do Presidente Bush aprisionado pelos aparelhos de emergência, clandestinizado em sua condição de primeiro mandatário e líder do Ocidente. O mundo viveu, naqueles momentos iniciais, um tempo completamente sem domínio da política, à mercê de lógicas instrumentais perigosas – a do terror e a dos bunkers --, instantes que podiam levar a situações de guerra de conseqüências inimagináveis. Tão marcante aquela primeira aparição que, ao continuar falando em guerra do Bem contra o Mal, o Presidente Bush ainda não conseguiu recuperar o estadismo que a pronta solidariedade internacional e as iniciativas vindas de muitos outros países lhe foram devolvendo – justamente ao começarem, naquelas primeiras horas, a repor a política no campo dos assuntos internacionais, certamente o que vem evitando a guerra até hoje.

Já ali se via que o único caminho a seguir era o da política. Não prosperaram nem a palavra-de-ordem da retaliação enfiada e imediata nem as justificativas de que os atentados expressavam atos defensivos dos mais débeis. Logo teve curso, na Europa, em muitas partes, nos EUA, uma tensa “guerra de posições”, desenvolvida por lideranças políticas, governamentais, personalidades e autoridades religiosas, partidos e opinião pública, que se investiram de responsabilidade maior pelo mundo, primeiro, para fazer com que os fatos não nos governassem, como dizia o comunista italiano autor daquele conceito, falando de situações adversas. Em lugar da vingança que só levaria ao extermínio de populações e a radicalizar o irracionalismo buscado pelas explosões, uma ação, aos poucos concertada, procurou dar direção aos acontecimentos e se começou a falar de individualizar e punir os autores e os mandantes dos crimes terroristas. Tornadas a segurança e a proteção à vida bens de todos -- nas milhares de mortes de 11 de setembro --, começou-se a falar na urgência de se efetivar uma ampla frente mundial contra o terrorismo, definida como uma luta também do interesse, e com sua participação, dos povos do Oriente, cujas civilizações, cultura e religiões compõem o universo da mesma e única humanidade em busca de vida civil, democracia e justiça social.

Com muita nitidez, Massimo D'Alema afirmou, em 23 de setembro último, que “a verdade é que paz, tolerância, diálogo religioso são os valores da democracia, da Europa, da América, mas não são exclusivamente valores nossos. São também os profundos valores compartilhados além dos confins históricos e culturais do Ocidente. Ai de nós, se fechássemos aqueles princípios dentro de uma fortaleza assediada. Faríamos o jogo dos bárbaros e dos assassinos. É preciso entender que o mundo islâmico, em sua

esmagadora maioria, é a primeira vítima do fanatismo. As bombas e as destruições também o atingiram. Elas são tentativas de bloquear os países e os povos do Islam no caminho para uma política aberta e pacífica”.

Logo após o 11 de setembro, desenvolveram-se ações políticas para evitar mais destruição e mortes – “No more victims anywhere”!, como bem o dizia um cartaz de um manifestante pacifista em Boston –, como aquelas para se apressar a retomada imediata das tratativas de paz entre Peres e Arafat. Esta reaproximação já mostrava que era possível criar outras iniciativas, como aquelas que se fazem necessárias para descriminalizar e tirar do isolamento povos distantes acossados por tensões, conflitos, agressões militares e pelas agruras da miséria e da fome, trazendo-os para a frente comum contra o terrorismo e a guerra e sobremaneira para a luta pela democracia. Trabalhou-se rapidamente na direção contrária à lógica perversa que o terrorismo queria impor. Puseram-se em marcha antigos e novos movimentos de luta pela paz e por soluções negociadas, reativando-se tradições que, no passado mais distante, não incentivavam o choque entre civilizações nem, após 1989, estimulavam ações antiamericanas que viessem alimentar retrocessos no mundo do pós-Guerra Fria. Em lugar disso, viu-se muitas áreas políticas e culturais movendo-se rapidamente em busca de um compartilhamento dos assuntos mundiais tragicamente tensionados em 11 de setembro, no contexto dos organismos internacionais.

Dentre as variadíssimas manifestações desses nossos dias para interferir e evitar a guerra, vem se notando a presença de uma tendência que vinha abrindo caminho num campo político que reunia o Presidente Clinton em seu último tempo na Casa Branca e lideranças de governos social-democratas da Europa, campo que ainda era estimulado pela ação de grandes lideranças (por exemplo, o Papa visitando Cuba, e, entre outros, Arafat, inclusive Fernando Henrique Cardoso). Essa tendência, que trabalhara a idéia da Europa como ponte entre os EUA e o Oriente Médio, torna-se muito necessária nesta hora em que as explosões de Nova York e Washington vão acentuar os traços conservadores da administração Bush – em maior grau, se a opinião pública mundial e a ação dos governos não conseguirem bloquear a guerra retaliativa. Cristalizados, tais traços poderão acarretar conseqüências incalculáveis para a vida americana e o cenário político mundial, reduzindo os avanços logrados com o fim da Guerra Fria. Não controlado o reacionarismo da administração Bush, a campanha contra o terrorismo corre maior risco de vir assumir formas de constrangimentos aos direitos humanos e levar ao esgarçamento das relações entre povos e governos, fortalecendo a tendência de substituição da bipolaridade de antes por um novo unilateralismo.

A valorização da política já vinha tendo uma outra prova: na tentativa de governar a globalização mediante as experiências social-democratas da Europa. Ante esses outros “fatos” -- não poucos diziam que a queda do Muro de Berlin e a globalização eram a “vitória do capitalismo” ante o qual só cabia levantar a resistência --, formaram-se largas coalizões, como as da Itália e da França, para abrir caminho naquela tarefa. Os novos tempos da política chegaram interpelando experiências a Leste e a Oeste, trabalhando-se aquilo que Habermas, em sua reflexão sobre o fim do comunismo, valorizou como saldo do século XX, que não foi só de guerras: o reencontro entre o Estado Democrático de Direito e a compreensão, afinal universalizada, da meta social-democrata da inter-relação entre economia e sociedade.

Agora, vê-se melhor a importância desses governos social-democratas, especialmente de alguns deles – dramaticamente lembrados pelos acontecimentos de 11 de setembro, tanto pela influência na política internacional que eles tiveram -- no passado recente e nas primeiras horas e dias imediatamente subseqüentes aos ataques terroristas --, quanto têm e terão doravante. Inclusive propiciando uma discussão alternativa ao clima intelectual de catastrofismo que, nos anos 90, acompanharam

numerosos estudos e não poucas interpretações sobre o globalismo. Essas experiências de governos multipartidários exibem à reflexão suas possibilidades e seus impasses e fracassos – estes oriundos da excessiva ênfase na modernização, expressos nos déficits de mudanças favoráveis ao mundo do trabalho e à sociedade em geral. Elas mostram que o homem não é nem um ser impotente diante da perda do equilíbrio bipolar – tenso e precário – da política internacional do tempo da Guerra Fria, nem um ente condenado a ser apenas reativo a um naturalismo universal que viria por fim à história, sem lhes dar chance aos homens – como diziam as mentes radicalizadas por influência do neoliberalismo -- de disputar a direção da globalização, ou interferir para que ela não tenha curso reacionário.

A Internacional Socialista forma parte importante desse renovado movimento das forças da paz e de busca de “soluções positivas” – usando uma modesta expressão do comunismo brasileiro. Ela abriga aquelas correntes que, em governos (por exemplo, na França e, até há pouco tempo, na Itália) ou fora deles (por exemplo, na Itália), longe do pessimismo e da atitude defensista, acreditam que a globalização oferece grandes possibilidades ao gênero humano e que se pode lutar para que as suas contradições não acirrem as mazelas sociais e, inclusive, não releguem povos e nações inteiros ao abandono. Por isso, não surpreende que os trinta partidos da Internacional Socialista venham propor, nesta hora perigosamente catastrófica, a necessidade de se dar ao processo de globalização “uma orientação democrática para incluir os grandes problemas da fome, do desenvolvimento sustentado, dos desequilíbrios Norte-Sul”. Tem-se ainda escutado muitas outras vozes, bem importantes, também insistindo na discussão da globalização como uma conquista humana capaz de generalizar o *welfare state* e universalizar o Estado Democrático de Direito a todos os recantos do Planeta, começando-se por se tomar os “contingentes devastados”, sobremaneira a África, como uma responsabilidade mundial, possibilidade já aludida por Habermas na sua reflexão sobre a queda do Muro de Berlin, em 1990.

Esse movimento plural também indica a presença de uma esquerda de origem marxista que vem se afirmando em torno da defesa e da valorização da política. O discurso atual dessa esquerda não minimiza a gravidade dos ataques terroristas e a importância de suas conseqüências na formação de um novo cenário mundial, nem aceita passivamente sobredeterminações do mercado que viriam governar homens sem iniciativa e criatividade e rebaixar as possibilidades do desenvolvimento e das mudanças. Como disse uma das suas vozes: “Trata-se de saber se os valores da política, da democracia, da esquerda estão em condição de recuperar o terreno e de se impor como uma necessidade do futuro” (Massimo D’Alema). Nesta vertente italiana de antiga raiz comunista, não se prioriza as indagações sobre uma “lógica do capital” nem se limita a lhe oferecer apenas resistência, desconhecendo os acontecimentos de dez anos atrás a Leste e o significado mais contemporâneo do pluripartidarismo reformador de várias culturas políticas (católica, republicana, verde, etc.). Essa corrente procura dar toda conseqüência ao *aggiornamento* da sua antiga tradição de política de frente única calcada na democracia política, como sua contribuição para um largo movimento pluriclassista de novo tipo que procura desenvolver os ganhos da globalização e, no curto e médio prazos, lutar por promover muitos avanços, interditando a orientação neoliberal.

No Brasil, os dois governos de Fernando Henrique Cardoso – justamente pela excessiva ênfase na estabilização da moeda e no econômico, travado pela configuração mais de centro-direita da sua base partidária – têm-se consumido nas modernizações e perdido o tempo histórico, com isso trazendo custos sociais elevados. Têm sido administrações afirmativas do tema da democracia política e mantiveram a orientação progressista do Itamaraty; política exterior que, também aqui, agora com os acontecimentos de 11 de setembro, se qualifica de importância acrescida. Os gestos do

Presidente Fernando Henrique Cardoso – a reunião com todos os partidos logo após os ataques terroristas, as suas seguidas declarações sobre a formação misturada do povo brasileiro, ao estilo do nosso pensamento social, a sua valorização do multiculturalismo no mundo – indicam um posicionamento que estimula a ação concertada entre governos e fortalece o campo daqueles que concebem o combate ao terrorismo como uma campanha promovida no contexto de entendimento, sob a direção da ONU. Apoiado nessa posição, certamente o Presidente não acompanhará uma ação militar retaliativa da administração Bush. O país, pela sua importância econômica e cultural, pode jogar um papel político relevante como grande liderança latino-americana democrática. Não ensejando, à propósito da campanha contra o terrorismo, medidas militares de guerra nem constrangimentos à vida política e civil das comunidades – locais ou de extração imigrante – que integram os países latino-americanos. Aqui, através dessa convergência com Fernando Henrique Cardoso, as correntes de esquerda e de centro-esquerda e todos os partidários da paz podem potencializar sua interferência nesta hora difícil e de urgência de eficácia.

O novo quadro internacional em formação ainda encerra o perigo da guerra retaliativa. O seu adiamento até agora, vitória parcial da mobilização da opinião pública e das ações de lideranças e governos que se espalhou pelo mundo como uma só voz em solidariedade ao povo americano e contra o terrorismo, ainda é um primeiro resultado de uma “guerra de posições”, sujeita a derrotas, mas sempre a exigir preparação para retomar novos avanços. Caso advenha uma ação militar de guerra no Afeganistão ou em outras partes do mundo, já as experiências das energias reunidas pela política, nestes dias que rapidamente nos distanciaram dos acontecimentos de 11 de setembro, dão fé às palavras do Gramsci insurgente ante aquelas situações em que lhes falta força aos atores e parece que só temos “Protagonistas os ‘fatos’, por assim dizer, e não os ‘homens individuais’”, citando a frase com a qual ele apresentava o conceito de “revolução passiva” a partir de suas reflexões sobre o século XIX, conceito extensivo às revoluções passivas do século passado e ainda às de nossos dias.

NOTA AO TEXTO

Este texto já estava escrito quando começaram os seguidos bombardeios ao Afeganistão, novamente ensombrecendo a vida presente da humanidade. A consciência moral universalmente conseguida em meio aos acontecimentos de 11 de setembro – aquilo que o comunista francês Robert Hue viu como um dos seus resultados – “num balanço geral do horror” – e o descreveu como o “formidável engajamento num sentido positivo pela humanidade” –, está, agora, chamado a mobilizar-se em apoio aos governos e à ONU, antes de tudo, para parar as mortes e destruições no Afeganistão e impedir que elas se alastrem para outros países. A política também trabalha valores para lograr ações humanas eficazes.